

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

Entidade Filantrópica - Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Conforme Portaria N° 2.180 de 21/12/2016

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Sr.(as) Associados (as)

Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com os Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Lajeado, 18 de Abril de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	R\$		PASSIVO	NE	R\$	
		2022	2021			2022	2021
CIRCULANTE		43.828.084,51	49.863.380,13	CIRCULANTE	9	30.817.839,54	27.712.583,50
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		6.654.301,47	13.274.311,42	Fornecedores		11.083.912,58	9.831.506,51
Caixa		153.595,37	73.641,98	Fornecedores Serviços		5.248.104,73	4.671.800,54
Bancos Conta Movimento		2.849.064,05	214.468,76	Empréstimos Financeiros		2.533.948,42	2.939.315,19
Aplicações Financeiras		3.651.642,05	12.986.200,68	Obrigações Trabalhistas		2.953.945,42	2.560.661,10
				Obrigações Tributárias		1.276.407,10	1.014.352,51
				Outras Obrigações a Curto Prazo		2.581.993,41	2.460.789,94
CRÉDITOS		31.492.272,53	30.608.288,96	Provisões		5.139.527,88	4.234.157,71
Cheques a Receber		203.121,14	223.796,66				
Créditos de Funcionários		272.664,83	206.070,06				
Convênios a Receber		22.466.128,69	22.507.022,95				
Convênios Particulares		1.233.279,80	494.245,14				
Contribuições e Subvenções		3.819.887,09	4.052.252,93				
Créditos a Recuperar		-	-				
Adiantamento a Fornecedores		2.368.945,88	2.381.595,10				
Outros Devedores		764.747,17	380.271,55				
Cartões de Crédito		562.353,77	456.667,65				
(-) Provisão p/ Impairment de Contas a Rec.		(198.855,84)	(93.633,08)				
ESTOQUES	4	5.677.523,40	5.911.665,67				
Estoque		5.677.523,40	5.911.665,67				
DESPESAS ANTECIPADAS	5	3.987,11	69.114,08				
Despesas Execício Seguinte		3.987,11	69.114,08				
NÃO CIRCULANTE		95.236.540,15	77.900.891,15	NÃO CIRCULANTE		63.220.347,82	44.374.006,52
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6	6.221.171,44	1.663.945,40	Instituições Financeiras		38.624.800,59	28.844.776,96
Depósitos para Recursos		39.873,19	39.873,19	Adiantamentos para Venda		196.830,58	196.830,58
Investimentos Financeiros		520.589,40	281.269,65	Outras Obrigações	17	6.713.087,34	6.913.629,82
Aplicação Financ. p/ Aquisição de Imobil.		4.661.913,69	344.007,40	Auxílios, Subvenções e Doações		17.685.629,31	8.418.769,16
Despesas a Apropriar		49.486,64	49.486,64				
Processos a Receber		949.308,52	949.308,52	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	45.026.437,30	55.677.681,26
				Patrimônio Social		19.990.730,62	13.508.767,25
INVESTIMENTOS	6	3.707.415,53	2.729.134,61	Ajuste de Avaliação Patrimonial		35.857.202,95	35.857.202,95
Investimentos		3.707.415,53	2.729.134,61	Superávit / Déficit do Exercício	11	(10.651.243,96)	6.481.963,37
				Auxílios, Subvenções e Doações		32.797,39	32.797,39
IMOBILIZADO	7	85.270.084,62	73.357.557,39	Ajustes dos Exercícios Anteriores	18	(203.049,70)	(203.049,70)
Imóveis de Uso		76.794.515,87	71.322.141,01				
Bens de Uso		55.750.029,86	43.638.325,37				
(-) Depreciações Acumuladas		(47.274.461,11)	(41.602.908,99)				
INTANGÍVEL	7	37.868,56	150.253,75				
Bens Intangíveis		1.176.511,60	1.192.048,23				
(-) Amortizações		(1.138.643,04)	(1.041.794,48)				
		139.064.624,66	127.764.271,28			139.064.624,66	127.764.271,28

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Lajeado, 18 de Abril de 2023.

João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães
Contador CRC/RS 078.259/O-0

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO (EM REAIS)		
	2022	2021
RECEITAS OPERACIONAIS:		
Prestação de Serviços Hospitalares	142.990.249,76	128.564.709,45
(-) Deduções da Receita	(2.023.509,93)	(854.964,10)
(-) Gratuidades	-	-
RECEITA LÍQUIDA	140.966.739,83	127.709.745,35
DESPESAS OPERACIONAIS	(167.920.003,39)	(149.238.528,04)
(-) Despesas Com Pessoal	(39.462.070,96)	(34.063.926,42)
(-) Encargos Sociais e Trabalhistas	(7.488.156,14)	(5.796.479,86)
(-) Provisões Trabalhistas	(8.969.877,21)	(7.468.476,99)
(-) Serviços de Terceiros	(51.875.403,91)	(44.140.850,57)
(-) Medicamentos e Materiais	(39.901.312,68)	(40.386.406,90)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13.972.134,94)	(12.157.049,24)
(-) Encargos de Depreciação	(6.145.824,79)	(5.158.101,53)
(-) Provisões Créditos Liquidação Duvidosa	(105.222,76)	(67.236,53)
RESULTADO BRUTO	(26.953.263,56)	(21.528.782,69)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	22.830.389,73	31.983.316,66
Receitas Patrimoniais	1.443.087,51	1.330.585,36
Receitas Financeiras	360.920,20	680.343,12
Donativos e Contribuições	131.648,01	1.598.645,86
Outras Receitas	3.292.840,51	2.879.006,12
Auxílios e Subvenções	17.601.893,50	25.494.736,20
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:	(6.528.370,13)	(3.972.570,60)
(-) Despesas Tributárias e Financeiras	(6.034.142,00)	(3.022.087,59)
(-) Outras Despesas	(194.157,88)	(177.650,71)
(-) Sociais e Assistenciais	(182.861,05)	(687.367,51)
(-) Perdas com Convênios	(117.209,20)	(85.464,79)
RESULTADO OPERACIONAL	(10.651.243,96)	6.481.963,37
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(10.651.243,96)	6.481.963,37

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis

João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães
Contador
CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	VARIAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.529.297	47.666.371	49.195.668
Ajustes de Avaliação Patrimonial		50	50
Auxílios e Subvenções Patrimoniais	11.979.471	(11.979.471)	
Transferido p/Patrimonio		-	-
Ajustes dos Exercícios Anteriores		-	-
Superávit em 2021		6.481.963	6.481.963
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.508.767	42.168.914	55.677.681
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Transferido p/Patrimonio	6.481.963	(6.481.963)	
Auxílios e Subvenções Patrimoniais		-	-
Ajustes dos Exercícios Anteriores		-	-
Déficit em 2022		(10.651.244)	(10.651.244)
SALDO EM 31/12/2022	19.990.730,62	25.035.706,68	45.026.437,30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães
Contador CRC/RS 078.259/O-0

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto	dez/21	dez/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IR e CSLL	6.481.963,37	-10.651.243,96
Ajustes por:		
Depreciação	4.712.955,62	5.768.400,68
PCLD	67.236,53	105.222,76
Ajustes de Avaliação Patrimonial	50,00	0,00
Bens de Terceiros em nosso poder	-2.738.463,00	-2.577.400,00
Despesas de juros - provisionados	2.288.452,79	4.455.235,74
Ajustes de Exercício Anteriores	0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades operacionais	10.812.195,31	-2.899.784,78
Convênios a receber	-1.799.988,00	1.055.776,03
Pré-Faturamento a receber	257.788,81	-1.753.916,43
Auxílios e subvenções a receber	-1.834.703,57	232.365,84
Outras contas a receber	619.147,09	-523.431,77
Variação nos estoques	-1.407.902,49	234.142,27
Despesas Antecipadas	195,73	65.126,97
Realizável a longo prazo (depósitos judiciais e outros)	1.749.680,24	-239.319,75
Juros pagos		
Fornecedores	3.703.695,95	1.828.710,26
Obrigações, trabalhistas, fiscais e sociais	784.146,79	1.560.709,08
Outras obrigações (Unimed, Subvenções e outros)	3.214.829,65	9.187.521,14
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	16.099.085,51	8.747.898,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	-344.061,95	-978.280,92
Compra de ativo imobilizado	-10.076.727,98	-15.006.679,35
Compra de intangíveis	-33.039,21	15.536,63
Auxílios e Subvenções (compra de ativo)	-339.289,12	-4.317.906,29
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-10.793.118,26	-20.287.329,93
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	4.349.757,23	11.131.437,12
Amortização de empréstimo	-4.399.537,60	-1.756.780,26
Juros sobre empréstimo	-2.288.452,79	-4.455.235,74
Conta Garantida	1,25	0,00
Empréstimo Dívida do Estado	-645.475,35	0,00
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-2.983.707,26	4.919.421,12
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.322.259,99	-6.620.009,95
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.952.051,43	13.274.311,42
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.274.311,42	6.654.301,47

João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães
Contador
CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)				
	2022	%	2021	%
RECEITAS	161.993.121,85		157.682.133,53	
Receitas de Prestação de Serviços	140.966.739,83		127.709.745,35	
Outras Receitas Operacionais	21.026.382,02		29.972.388,18	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-54.290.037,46		-52.876.808,17	
Custos de Manutenção das Atividades	-13.972.134,94		-12.155.863,02	
Materiais, serviços de terceiros e outros	-40.317.902,52		-40.720.945,15	
VALOR ADICIONADO BRUTO	107.703.084,39		104.805.325,36	
Depreciações	-6.145.824,79		-5.158.101,53	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	101.557.259,60		99.647.223,83	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.804.007,71		2.010.928,48	
Aluguéis	1.443.087,51		1.330.585,36	
Resultado Financeiro	360.920,20		680.343,12	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	103.361.267,31	%	101.658.152,31	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	107.795.508,22	104,29	91.466.733,84	89,97
Governo	66.744,41	0,06	65.428,23	0,06
Assistência Social	182.861,05	0,18	687.367,51	0,68
Despesas Financeiras	5.967.397,59	5,77	2.956.659,36	2,91
Superávit / Déficit apurado no exercício	-10.651.243,96	-10,30	6.481.963,37	6,38
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	103.361.267,31	100,00	101.658.152,31	100,00

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO	2022	2021	VARIAÇÃO
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	43.828.084,51	49.863.380,13	(6.035.295,62)
PASSIVO CIRCULANTE	(30.817.839,54)	(27.712.583,50)	(3.105.256,04)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	13.010.244,97	22.150.796,63	(9.140.551,66)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO	2021	2020	VARIAÇÃO
CONTAS			
ATIVO CIRCULANTE	49.863.380,13	43.442.894,24	6.420.485,89
PASSIVO CIRCULANTE	(27.712.583,50)	(26.172.928,68)	(1.539.654,82)
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	22.150.796,63	17.269.965,56	4.880.831,07

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis

João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães
Contador
CRC/RS 078.259/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

ASOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO, mantenedora do **HOSPITALBRUNO BORN**, fundada em 10/07/1931, com seus atos constitutivos arquivados no cartório do registro especial da Comarca de Lajeado- RS, sob nº 144, do Registro de pessoas jurídicas, em 23/05/1958, livro 1-A, fls. 062, reconhecida de utilidade Pública Municipal pelo decreto nº 782, de 25/04/1962 da Prefeitura Municipal de Lajeado-RS, com Registro na Secretaria do trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 100264. É uma entidade filantrópica Registrada no CNES(CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Conforme Portaria N° 2.180 SAS/MS, Dou em 21/12/2016, não remunerando seus diretores, o Conselho Fiscal, nem os sócios, aplicando o Superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias ou inversão Patrimonial, aplica suas rendas totalmente no país.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente a ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- b) **Ajustes a Valor Presente:** Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação;

- c) **Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.
- d) **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens.
- e) **Amortizações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor;
- f) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- g) **Provisão para Impairment de Contas a Receber:** Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a ITG 2002.
- h) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas prestadas a Secretária de Saúde (SUS), proveniente das internações, são registradas na competência do envio do protocolo do paciente, podendo os custos dos serviços prestados serem registrados em competências diferentes. As distorções que esses fatos podem refletir na apuração do resultado de cada período não têm sido relevantes.
- As receitas supramencionadas ficam sujeitas à revisão e aprovação por parte da Secretaria Regional de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde.
- i) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- j) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.

NOTA 04 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo de aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se somente aos produtos e materiais, na data do balanço.

ESTOQUES	2022	2021
Medicamentos	2.561.453,44	2.720.985,07
Material de Diagnósticos	19.497,88	8.628,63
Impressos e Material de Expediente	140.670,02	108.842,72
Material Médico Hospitalar	1.696.309,99	1.637.380,21
Material de Limpeza e Higiene	189.140,90	93.598,38

Materiais Elétricos e Manutenção	401.617,88	381.761,49
Nutrição	87.129,57	81.283,95
Costura Tecido e Confecção	334.518,86	320.364,63
OPME- Órtese e Prótese	102.081,51	366.470,45
Material de Copa e Cozinha	78.505,95	74.811,35
Material de Informática	155,26	0,00
Uniformes e EPI	57.167,91	62.371,03
Merc. Estoque em Poder de Terceiros	6.216,01	55.167,76
Total	5.783.344,81	5.911.665,67

NOTA 05 – DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo é composto pelos seguros edespesas com assinaturas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal.

Despesas Antecipadas	2022	2021
Seguros a apropriar	2.748,08	1.485,35
Despesas c/assinaturas	1.238,84	798,50
Despesa c/Informática a apropriar	0,19	66.830,23
Total	3.987,11	69.114,08

NOTA 06 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, INVESTIMENTOS)

Este grupo está composto por Investimentos financeiros, Depósitos a recuperar, valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente. No início do ano foram reclassificados as contas de Aplicação Financeira – Poupança (Ativo Circulante) para o grupo Ativo Não-Circulante Realizável a Longo Prazo, por se tratar de recurso recebido de subvenções governamentais para finalidade compra de Ativo Imobilizado.

Realizável Longo Prazo	2022	2021
Depósitos para Recursos	39.873,19	39.873,19
Invest. Fin. Capitalização	520.589,40	281.269,65
Aplicação Financeira p/Aquisição Imob.	4.661.913,6	344.007,40
Despesas a apropriar	49.486,64	49.486,64
Processos a Receber	949.308,52	949.308,52
Total	6.221.171,35	1.663.945,40

Investimentos	2022	2021
Adiantamento Consórcio Banrisul	2.807.710,52	2.238.465,70
Adiantamento de Consórcio Unicred Contrato	572.558,65	290.871,74
Adiantamento de Consórcio Unicred Contrato	46.938,44	25.603,19
Adiantamento de Consórcio Unicred Contrato	46.938,44	25.603,19
Cotas Unicred	163.494,79	85.991,38
Cotas Sicredi	69.774,69	62.599,41
Total	3.707.415,53	2.729.134,61

NOTA 07 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

O valor de recuperação dos bens e direitos imobilizados e intangíveis são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização:

	2022	2021
Imóveis em Uso	76.794.515,87	71.322.141,01
Bens de Uso	55.750.029,86	43.638.325,37
Bens Intangíveis	1.176.511,60	1.192.048,23
Depreciações e Amortização	(48.413.104,15)	(42.644.703,47)
Total	85.307.953,18	73.507.811,14

NOTA 08 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas no prazo respeitando suas competências e seus vencimentos.

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido, dos auxílios, das subvenções e doações recebidas, e os ajustes de avaliação patrimonial.

	2022	2021
Patrimônio Líquido	55.677.681,26	49.195.717,89

NOTA 11 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Déficit do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002, item 15 que descreve o valor superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

NOTA 12 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, as doações, subvenções e contribuições para custeio foram contabilizadas pelo regime de competência em contas de receita. A entidade contabilizou no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Recebidos	2022	2021
Auxílios Subvenções Federais	2.508.445,76	2.276.036,12
Auxílios Subvenções Estaduais	1.311.441,33	1.776.216,81
Auxílios Subvenções Municipais	0,00	0,00
Total	3.819.887,09	4.052.252,93

NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

	Modalidade	Valor segurado
Prédio, máquinas e equipamentos	Prédio / Conteúdo	65.548.000,00

Veículos	Seguro Total	245.000,00
	Total	65.793.000,00

NOTA 14 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição, no atendimento aos seus objetivos e em conformidade com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento. O valor de atendimentos ambulatoriais e internações de paciente-dia ao SUS no ano de 2022, atingiu percentual de 74,46% de atendimentos, cumprindo o mínimo exigido pela Legislação em vigor.

Demonstrativo de calculo:

	Total	%
PACIENTES DIA– SUS	35.381	74,46
PACIENTES DIA - NÃO SUS	12.138	25,54
TOTAL	47.519	
% PACIENTES DIA – SUS INTERNADO	74,46%	
% SUS – AMBULATORIO	10,00%	
TOTAL ATENDIMENTO SUS	84,46%	

NOTA 15 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A Entidade está isenta de pagamento da quota previdenciária patronal (INSS), por atender às disposições da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. Tais isenções de foram contabilizadas como se devidas fossem, no montante a seguir demonstrado:

Isenções	2022	2021
Contribuições Sociais (Cota Patronal, Terceiros, SAT, Autônomos, Cooperativas).	14.443.926,55	12.381.304,76

NOTA 16 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 14º item b, conforme demonstrativo abaixo:

	2022	2021
Doações Pessoas Jurídicas	97.675,88	1.551.968,86

Total **97.675,88** **1.551.968,86**

NOTA 17 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS - POUPANÇA

As subvenções recebidas de órgãos públicos que não foram utilizados imediatamente, foram aplicadas em caderneta de poupança. No início do ano foram reclassificados as contas de Aplicação Financeira – Poupança (Ativo Circulante) para o grupo Ativo Não-Circulante Realizável a Longo Prazo, por se tratar de recurso recebido de subvenções governamentais para finalidade compra de Ativo Imobilizado.

CONTAS	2022	2021
Brasil C/P 79010-9 Conv 898157/2020	0	315,16
Brasil C/P 79011-7 Conv 898160/2020	0	53,52
Brasil C/I 80271-9 Conv 913347/2021	1.779,13	142.983,37
Brasil C/I 80293-x Conv 914637/2021	2.255,49	200.655,35
Banrisul C/I 06.137228.0-0 Conv Equip Centro Cardiologia	1.607.283,39	0
Banrisul C/I 06.137229.0-8 Conv Obra Centro Cardiologia	2.948.278,46	0
Brasil C/I 80599-8 Conv 918412/2021	4.109,96	0
BB C/I 80756-7 Conv 922007/2021	3.593,45	0
Brasil C/I 80729-X Conv 921870/2021	94.613,81	
Total	4.661.913,69	344.007,40

NOTA 18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES – NÃO CIRCULANTES

A Instituição firmou convênio com a FUVATES -Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, em 18 de dezembro de 2013, com o objetivo de viabilizar a execução do projeto de ampliação do CTA, ficando ajustados os seguintes:

- a) O HBB executará a ampliação do CTA.
- b) A FUVATES arrenda do HBB a área a ser construída no CTA, correspondente aos pavimentos de números 12 e 13 desse edifício.
- c) Pelo arrendamento a FUVATES pagou ao HBB, antecipadamente a quantia de R\$ 6.968.000,00.
- d) O arrendamento terá vigência de 38 anos e seis meses, com termo inicial em 01/09/2016 e com termo final 28/02/2055.

NOTA 19 – Provisões para Contingências

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos nos processos judiciais pendentes na data do balanço, que totalizou um montante de R\$ 8.096.876,24.

Ações Trabalhistas - Classificação de Risco				Ações Cíveis - Classificação de Risco			
	Principal	Honorários	Total		Principal	Honorários	Total
Provável =	R\$ 6.654.551,71	198.883,03	R\$ 6.853.434,74	Provável =	R\$ -	0,00	R\$ -
Possível =	R\$ 827.605,91	108.247,39	R\$ 935.853,30	Possível =	R\$ 279.625,60	27.962,60	R\$ 307.588,20
Total =	R\$ 7.482.157,62	R\$ 307.130,42	R\$ 7.789.288,04	Total =	R\$ 279.625,60	R\$ 27.962,60	R\$ 307.588,20

João Batista Gravina

Presidente

CPF nº 262.450.270-04

Alexsander Kramer Guimarães

Contador CRC/RS nº 078.259/O-0

CPF nº 820.328.310-15

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

HOSPITAL BRUNO BORN

Av. Benjamin Constant, 881

Centro

Lajeado – RS

CGC/MF nº 91.162.511/0001-65

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO** – Hospital Bruno Born, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e com base em todos os termos do Parecer dos Auditores Independentes da TSA - Auditores Associados SS, e após o exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, tudo referente ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022, decide:

Considerar formalmente corretas as Demonstrações Financeiras como Expressão das atividades e do Resultado final do exercício, recomendando a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser convocada conforme previsão Estatutária.

Lajeado – RS, 18 de abril de 2023.

Gustavo Born

Conselheiro

CPF: 695.895.930-20

Silvino Huppes

Conselheiro

CPF: 161.089.490-15

Valmor Arsildo Kappler

Conselheiro

CPF: 299.108.030-20



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO
Lajeado – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 14 de abril de 2022, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 5 de abril de 2023

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS-004240/O-1 – CVM 13242
Nilton Antonio Tiellet Borges
Contador CRC RS-015233/O-8